

## GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 744/2018**

Caaporã em 18 de Setembro de 2018.

**Autoriza o Poder Legislativo a firmar Acordo de Parcelamento de dívida para com o IPSEC- Instituto de Previdência Social de Caaporã-PB.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAAPORÃ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o Poder Legislativo Municipal, autorizado a firmar acordo de parcelamento com o IPSEC- Instituto de Previdência Social de Caaporã-PB.

**Art. 2º** – As contribuições previdenciárias patronais devidas no período referente ao ano de 2016, apuradas ou não em Auditoria Fiscal, e não recolhidas ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caaporã- IPSEC, pela Câmara Municipal de Caaporã – PB, após consolidadas e confessadas, seguindo os critérios disciplinados pela Portaria MPS 402/2008, e suas alterações posteriores, poderão ser objeto de parcelamento especial em até 240 parcelas mensais e sucessivas.

**Art. 3º** - O valor da dívida consiste no montante de R\$ 101.572,31 (cento e um mil, quinhentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), será consolidada de acordo com as regras utilizadas para o Regime Geral da Previdência Social.

**Art. 4º** - As parcelas mensais serão atualizadas, por ocasião do pagamento, utilizando como índice o INPC, acrescido de juros de 6% ao ano. Quando pagas após o vencimento, os valores serão acrescidos de acordo com as mesmas regras e critérios adotados pelo Regime Geral da Previdência Social.

**Art. 5º** - As parcelas serão amortizadas mensalmente conforme recebimento do duodécimo, transferido diretamente para conta do IPSEC vencendo a primeira parcela no último dia útil do mês subsequente ao da publicação dessa Lei.

**Art. 6º** - Durante o prazo de amortização do acordo de reparcimento, o Poder Legislativo deverá consignar no orçamento anual a dotação suficiente ao atendimento das prestações mensais de que trata esta Lei.



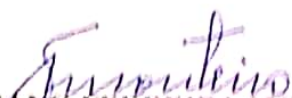
PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*construindo uma nova história*

**Art. 7º** - Fica o Poder Legislativo autorizado a regulamentar as necessidades de financiamento decorrentes de eventual desequilíbrio atuarial apontado por profissional credenciado ou quaisquer atos necessários à fiel execução do disposto nesta Lei.

**Art. 8º** - O Termo de Confissão e Reparcimento da Dívida Previdenciária a ser firmado com o Instituto da Previdência Social dos Servidores do Município de Caaporã - IPSC - deve ater aos requisitos e critérios estabelecidos nos atos legais expedidos pelo Ministério da Previdência Social e nas leis federais que regem a matéria.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caaporã/PB, 18 de Setembro de 2018.

  
**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**  
-Prefeito Constitucional -